

**“ANARQUIA MILITAR” X RESISTÊNCIA:
o poder do discurso na ditadura
e a influência humorística de *O Pasquim* em uma geração silenciada**

Marina Pupo de Andrade Fraga¹

1 Discurso, repressão e resistência durante a ditadura militar no Brasil

Em toda sociedade, a produção do discurso é controlada e organizada por estruturas institucionais, com a ideia de que seu funcionamento provém de regras e leis. A partir do momento em que há identificação do indivíduo com o que é dito, o discurso se propaga e se legitima a fim de evitar uma desordem social. Com isso, subentende-se que o discurso usado pelos militares brasileiros nas décadas de 1960 e 1970 pode muito bem ser apreendido pelas análises de Michel Foucault.

Aliás, a começar com Getúlio Vargas, no Estado Novo (1939), já se tem a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o famoso DIP, com o intuito de disseminar o discurso e a ideologia de seu governo. Um grande instrumento de ascensão ao poder, pois, com a sua institucionalização, o objetivo era informar (tendenciosamente) e manipular a consciência da sociedade, de modo que ela fosse coagida pelo discurso.

Pertinente citar que, para Foucault (1979), onde há poder vigora também a resistência que, não obstante, tem um discurso igualmente de seu interesse. Desse modo, retornando à ditadura militar, pode-se dizer que essa resistência era composta por artistas, intelectuais e a própria geração de 1960; dela, também, surgiu a imprensa alternativa como oposição à grande imprensa. Conclui-se, portanto, que o confronto entre poder e resistência cria novas formas de configuração. A respeito dessa ausência de discurso homogêneo, Alves (2010) argumenta que, durante o regime, foram produzidos diversos discursos que construíram verdades provindas das relações de poder.

É sabido que, de fato, o ponto culminante para o golpe de 1964 foi a suspeita de que João Goulart, até então presidente, era “comunista” por conta de seu envolvimento com Cuba, sindicatos e por sua simpatia pelas reformas de base. Instaurada a ditadura, era necessário manter a ordem da sociedade e a hierarquia militar no poder. Portanto, com o discurso de que o Brasil já não corria risco de uma ameaça comunista, grande parte da população aderiu à

¹ Graduada em Ciências Sociais pela PUC-Campinas.

ideia de que os militares estavam a favor do avanço político e econômico do país (GASPARI, 2002).

Castello Branco foi o primeiro militar a governar e a enfrentar problemas com o Movimento Estudantil, o qual organizou uma série de manifestações, visto que havia a percepção de que (gradativamente) a população a rumava um processo de perda da cidadania. Isso porque o Poder Executivo passou a cassar mandatos eletivos e a suspender direitos políticos dos cidadãos, mesmo que houvesse uma intenção, por parte do presidente, de conter a violência política.

Castello queria um ato institucional que durasse só três meses. Assinou três. Queria que as cassações se limitassem a uma ou duas dezenas de dirigentes do regime deposto. Cassou cerca de quinhentas pessoas e demitiu 2 mil. Seu governo durou 32 meses, 23 dos quais sob a vigência de outros 37 atos complementares, seis deles associados aos poderes de barão e cutelo do Executivo. Debajo da Constituição que conclamou os seus subordinados a defender em março de 1964, manteve-se apenas nove meses. Era um oficial de formação liberal, sem dúvida, mas faltou-lhe, em diversas ocasiões, a vocação para o risco (GASPARI, 2002, p. 137).

Com o governante seguinte, Costa e Silva, a situação se agravou com a fundação do Centro de Informações do Exército, o CIE, com o intuito de supervisionar atividades de Segurança Interna; além disso, entrou em vigor o Ato Institucional N° 5, que previa o fechamento do Congresso, suspensão de mandatos, ausência de liberdade de expressão etc. Instalaram-se censores nas emissoras de rádio e redações de jornais e revistas e, sobre isso, Soares (1989) afirma que a censura não foi uniforme durante os anos da ditadura militar, uma vez que o período de maior truculência foi após a decretação do AI-5 até o fim do governo de Médici em 1974.

Na visão de Napolitano (2004), os aparelhos de repressão do Estado ficavam atentos às produções artísticas que fossem consideradas “subversivas”. Desse modo, entende-se que quase toda cultura era vista como sendo de “esquerda” e, portanto, de resistência. Tal camada buscava seu espaço para lutar, porém, em boa parte dos anos, teve seu discurso abafado por torturas praticadas pelos militares. Sendo assim, sabe-se que a tortura se instrumentalizou no ensino e na prática dentro do aparelho militar de repressão do regime e se mostrou eficaz: valendo-se da dor, surgiam respostas, submissão e comoção de disciplina social.

Para Foucault (1995), a disciplina é uma maneira de controlar a produção do discurso, pois, através de uma política de manipulação e normalização do comportamento, o indivíduo é fabricado e tornado dócil. Nesse sentido, presume-se que a disciplina desarticula a sociedade e diminui o risco de resistência ao poder, uma vez que, em caso de desobediência, há punição com repressão física.

Pertinente ainda registrar que, na opinião de Gaspari (2002), para que o regime e as Forças Armadas mantivessem uma relação coesa entre si, a investigação da tortura deveria levar à punição os “subversivos”. Sendo assim, por um lado, o discurso que prevalecia era o de que a agressão física era uma forma de defender o governo. De outro lado, o discurso da resistência quebrou a estabilidade da ditadura e balançou as relações de poder, uma vez que a tortura era instrumento de Estado e não de lei.

A prática da tortura nas guarnições militares deixava de ser um fato em si, tornando-se matéria de opinião, contaminada por alguma forma de incompreensão a respeito da obra dos governos que a estimulavam e protegiam (GASPARI, 2002, p. 148).

No governo provisório da Junta Militar, algo inusitado apareceu nos televisores dos brasileiros: a resistência havia sequestrado o embaixador americano e exigido que um manifesto escrito por ela fosse à rede nacional; o conteúdo dizia respeito à libertação de quinze estudantes presos. Através do discurso midiático, a Junta pôs-se a realizar o pedido dos “subversivos”.

Nesse sentido, os órgãos de segurança aglomeraram-se em desordem e a tortura realizada pelos oficiais, a partir de 1968, se tornou figura insubstituível da ditadura.

Se um cidadão é preso sem motivo e logo a seguir é solto, vê-se no caso uma certa moderação das autoridades por terem-no libertado. Se a imprensa é posta sob censura, vê-se parcimônia na providência, pois as publicações não foram apreendidas nem fechadas. Finalmente, se um militante de organização clandestina é encarcerado, posto incomunicável, dá-se à sua família uma grande notícia: ele não está apanhando (GASPARI, 2002, p. 24).

Foi com Médici que se criou o Serviço Nacional de Imprensa, SNI, um aparelho de poder com discurso de cunho policial e repressor, que visava vigiar a produção cultural. Outro fato foi o de que as organizações de militantes se desestruturaram e, na opinião de Médici, o governo havia derrotado o que, para ele, era considerado “terrorismo”.

Na década 1970, houve o crescimento da indústria automobilística, a construção de uma usina nuclear no Rio de Janeiro e os primeiros metrô foram entregues a São Paulo. Era, portanto, o tal “milagre econômico”. Além disso, o futebol brasileiro venceu a Copa do Mundo, saiu às ruas cantando o Hino Nacional, com rostos pintados de verde e amarelo e bandeira nas costas. Desse cenário, surge um patriotismo mais aguçado e um discurso de que os militares faziam o país prosperar e avançar em seu crescimento. No entanto, esse desenvolvimento foi à custa de empréstimos no exterior e, portanto, futuramente, uma dívida deveria ser paga.

Nos “bastidores”, Médici criou também o órgão Destacamentos de Operações de Informações, os DOIs, que cedia aos militares o poder sobre a Segurança Nacional. A partir

de então, as torturas eram realizadas em suas dependências, sendo a imprensa censurada e controlada para não as divulgar. Sob seu governo, a quantidade de cidadãos desaparecidos praticamente se igualava à de mortes ocorridas desde o início do regime (GASPARI, 2003).

Com Geisel, o “milagre econômico” chegou ao fim e trouxe consigo grande insatisfação popular. Não obstante a dívida que o país já tinha com Estados Unidos da América, foi necessário manter a aliança com aquele país para que se emprestasse ainda mais dinheiro em longo prazo.

Geisel anunciou uma abertura política lenta, segura e gradual, utilizando em seu discurso a palavra “redemocratização”, resultando disso uma pequena intenção de liberdade de expressão na imprensa. Descontentes com o rumo da governabilidade do presidente, os militares promoviam ataques clandestinos à resistência, até que, em 1975, morreu nas dependências do DOI-Codi, o jornalista Vladimir Herzog. De acordo com militares, o diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura e professor de Jornalismo na Universidade de São Paulo cometeu suicídio; o que caiu sob suspeita, uma vez que as condições em que o corpo foi encontrado não condiziam com um suicídio.

Depois que entrou no DOI, Vlado trocou as roupas e vestiu o macacão dos presos. Pela manhã, foi acareado com dois colegas. Negou que pertencesse ao PCB e ficou a sós com um interrogador numa sala do andar térreo. Os dois colegas, num corredor contíguo, ouviram seus gritos e a ordem para que fosse trazida a máquina de choques elétricos. Um rádio, em volume alto, abafava os sons. (...) Um dos presos foi levado à sala e viu Herzog, encapuzado, com as mãos trêmulas e a voz débil. Em algum momento, (...) Vladimir Herzog redigiu uma confissão reconhecendo três ou quatro anos de militância, o pagamento de mensalidades de cem cruzeiros e a realização de algumas reuniões em sua casa. Das sete horas que Vlado ficou no DOI, só se sabe o que lhe aconteceu numa faixa de tempo que pode ir de uma a duas horas. (...) No meio da tarde fez-se um grande silêncio na carceragem (GASPARI, 2004, p. 173).

Em 1976, exilado na Argentina, morreu João Goulart e, a partir disso, a palavra “anistia” passou a ser ouvida nas manifestações políticas de estudantes e em jornais renomados. Além disso, os militantes reivindicavam a libertação dos presos políticos, liberdade de expressão e clamavam por democracia. E foi nesse cenário que os sindicatos da grande São Paulo apareceram, juntando-se à militância com as mesmas causas, tendo como principal líder o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o Lula.

Em meio à pressão da resistência, em 1978, Geisel decreta o fim do AI-5 e abre caminho para a democracia no Brasil.

2 O papel da imprensa alternativa na “luta contra o mal”: a dor satirizada dos pasquinianos

Para Napolitano (2004), o Departamento de Imprensa e Propaganda foi fundamental para a construção do mercado midiático; Gaspari (2002) acrescenta que a imprensa desde então cresceu, vindo a dar espaço à chamada imprensa “nanica” ou alternativa. Esta, por sua vez, era considerada “subversiva” pela censura, pois influenciava os cidadãos com seu discurso revolucionário. Com baixa expectativa de circulação, por conta da censura e, em sua maioria, com falta de subsídio empresarial, essa nova imprensa procurava conscientizar politicamente a sociedade.

Sobre esse contexto histórico, Amorim (2007) tem a noção de que as novas tecnologias modificaram o jornalismo e abriram espaço ao movimento de contracultura. Nesse sentido, a imprensa alternativa vinha para resistir não só ao governo, como também à cultura imperialista e mercadológica. Muitos eram os jornais considerados de “resistência” e de “esquerda”, sendo eles *Presença*, *Opinião*, *Bondinho*, *Movimento*, *A Flor do Mal* e, considerada por Amorim (2007), a principal representante da contracultura: a coluna *Underground*, de Luiz Carlos Maciel, integrante do semanário *O Pasquim*.

Pertinente citar que, ao longo dos anos,

A contracultura brasileira deixou marcas na cultura nacional e alguns dos bens simbólicos produzidos por seus membros continuam a ser consumidos. Hoje, apenas a revista *Caros Amigos* mantém a chama do jornalismo alternativo acesa (AMORIM, 2007, p. 11).

Com isso, a imprensa alternativa ganhou espaço, pois além de reivindicar a liberdade de expressão, de se posicionar contra a tortura e a repressão, também fazia oposição contra a grande imprensa, considerada conservadora e submissa.

Foi no governo Médici, em 1969, que surgiu o semanário *O Pasquim*, com o objetivo de satirizar os valores morais e éticos da época. Com uma linha editorial mais crítica, formou um público de leitores mais diferenciado, pregou a liberdade de expressão se tornando, portanto, ameaçava os militares. Desse modo, a representatividade da geração de 1960 e 1970 ficou intrínseca a um jornal com abordagem crítico-social que, através do humor, com charges, caricaturas e histórias em quadrinhos, conseguiu burlar a censura e transformar a criticidade da população.

A informalidade do formato e das condições de produção da entrevista refletia o mesmo ambiente cultural do qual os humoristas faziam parte. A separação entre a redação do *Pasquim* e a vida desses intelectuais cariocas pouco se distinguiram e nunca se separavam. O estilo de vida e o estilo do jornal, portanto, estavam interligados e figuravam como um vínculo com seus leitores (BUZALAF, 2009, p. 94).

No início, a equipe (Figura 1) era formada por Haroldo Zager, Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral, Cláudius e Carlos Prosperi. Além disso, muitos eram os intelectuais e artistas que colaboravam (Figura 2) com o jornal, como Henrique de Souza Filho, Henfil, Millôr Fernandes, Ziraldo, Chico Buarque, Glauber Rocha etc. Os “intelectuais de bar”, como chama Buzalaf (2009), construíram personagens fatídicos para o desenvolvimento da identidade do semanário. Jaguar, por exemplo, criou o ratinho Sigmund (Figura 3), que participava de todas as entrevistas, personificando o próprio jornalista.

Henfil, por sua vez, deu vida aos Fradins, o Baixim e o Cumprido, que sempre se posicionava superior ao primeiro:

(...) as oposições alto/baixo e gordo/magro podem constituir marcações simbólicas que diferenciam duas classes sociais brasileiras, a classe alta e a classe popular, por causa das relações de poder existentes entre elas; mantém-se a massa popular subordinada às classes superiores (tanto a classe média, quanto a alta) e ao governo militar (BORGES, 2009, p. 11).

Eram com críticas como essas, aparentemente desprezadas de valores políticos, com disfarces linguísticos e visuais, que *O Pasquim* passava pela censura e chegava às mãos de vários leitores. Desse modo, a linguagem pasquiniana influenciou – especialmente – as gerações de 1960 e 1970, bem como os comportamentos sociais, culturais e políticos.

Vale ressaltar que o jornal passou por três fases de censura, na última, a produção cultural era enviada para Brasília e lá averiguada, a partir de então, o semanário se enfraqueceu, visto que enviar e receber o material demandava tempo e as edições demoravam a serem finalizadas.

Sobre a postura de *O Pasquim*, Soihet (2007) discorre que havia uma pluralidade de humor em que os valores morais e éticos estavam escondidos, implícitos; esse discurso meio zombado que o jornal fazia uso era, claramente, uma crítica ao tradicionalismo do regime e de parte da sociedade. Nesse sentido, a ironia e a sátira dificultavam a percepção dos censores, uma vez que havia um domínio de linguagem informal. O riso foi, portanto, um instrumento de resistência, enquanto *O Pasquim* desenhava um diálogo com a censura.

Pensar o humor em termos de estratégia de comunicação é minimizar os efeitos que os grupos culturais tiveram na produção e na linguagem – textual e verbal – do jornal (BUZALAF, 2009, p. 97).

Sendo assim, o humor foi quem mediou o diálogo entre o jornal e o público, de tal forma que, ao incorporar os valores de geração de 1960, se tornou o representante dos movimentos culturais por conta do seu caráter libertador de crítica social.

Figura 1: “Os intelectuais de mesa de bar”

Ó nós, de volta pra casa: (sentido horário) Tarso (ainda em cana), Jaguar, Ziraldo, Luiz Carlos Maciel, Sergio Cabral, Fortuna, Paulo Francis, Flávio Rangel e Grossi.

PASQUIM

RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 18 ANOS

N.º 80 -Rio, de 14 a 20-1-71 - Cr\$1,00 - O PASQUIM Todas as quintas-feiras ou a qualquer dia em edição ordinária



“Só falo porque é pr’O PASQUIM”

“Caetano Veloso é o Castro Alves de hoje”

“Eu, pelo menos, pretendo continuar escrevendo”

A PATOTA DO PASQUIM ENTREVISTA

JORGE AMADO



ÊSTES SÃO OS VERDADEIROS HOMENS SEM VISÃO

74

Fonte: *O Pasquim* – Todas as quintas-feiras ou a qualquer dia em edição ordinária. N.º 50 – Rio, de 14 a 20/1/71. In: ZIRALDO. *Ziraldo n’O Pasquim: só dói quando eu rio*. São Paulo. Globo, 2010. p. 74.

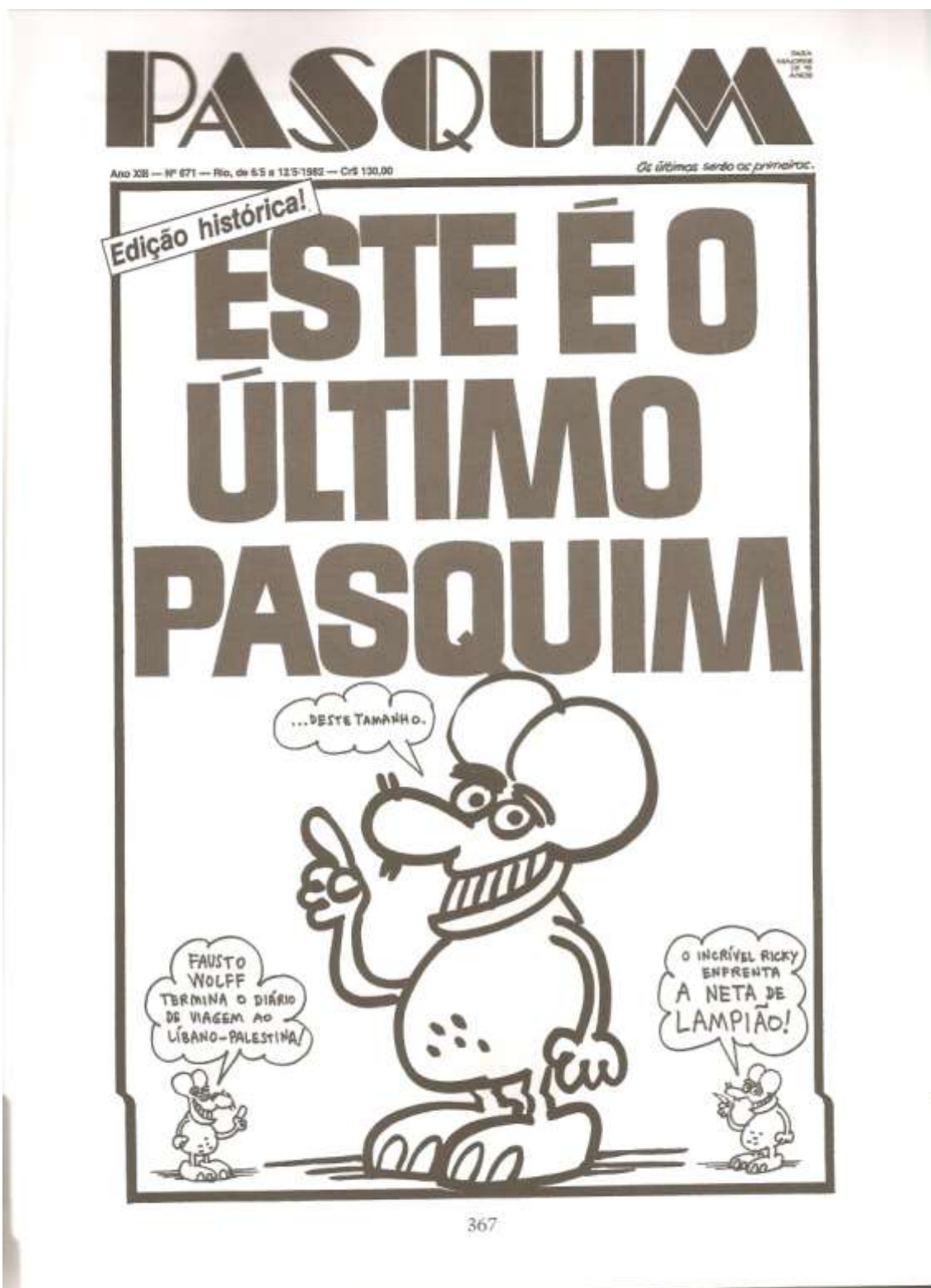
Figura 2: “Colaboradores intelectuais”

No final de 1970, segundo se soube, Médici preparava seu discurso de Natal e pretendia falar em Anistia. Quá! Os próprios militares enquadraram o pobre do Médici. Houve mais de 40 mil prisões em todo o Brasil. Prefeitos, vereadores, políticos municipais...



Fonte: *O Pasquim* – Apesar dos pesares. Nº 74 – Rio, de 18 a 24/11/70. In: ZIRALDO. *Ziraldo n’O Pasquim: só dói quando eu rio*. São Paulo: Globo, 2010. p. 72.

Figura 3: “Sigmund”



Fonte: *O Pasquim* – Os últimos serão os primeiros. Ano XIII – N. 671 – Rio, de 6/5 a 12/5/1982. In: ZIRALDO. Ziraldo n' *O Pasquim*: só dói quando eu rio. São Paulo. Globo: 2010. p. 367.

Referências

- ALVES, R. *O sequestro político na ditadura militar – um olhar discursivo*. Universidade Estadual de Maringá: Cielli, 2010.
- AMORIM, B. D. Rebeldes na imprensa: censura, imprensa alternativa e contracultura. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora-MG, 2007.
- BORGES, M. I. Os (re)posicionamentos identitários e o jogo ético-político nos quadrinhos pasquinianos. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, n. 1, jan./fev./mar. 2009.
- BUZALAF, M. N. *A Censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não silenciadas de uma geração*. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009. (Tese de Doutorado em História).
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*, v. 1. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, v. 2. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NAPOLITANO, M. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004.
- SOARES, G. A. D. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989.
- SOIHET, R. Preconceitos na charge de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007.
- ZIRALDO. *Ziraldo n'O Pasquim: só dói quando eu rio*. São Paulo: Globo, 2010.